MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA – IFRR
PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

# DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT: REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE DO IFRR, CAMPUS NOVO PARAÍSO

BOA VISTA – RR
2026

**LARISSA PAIVA VIÉGAS DA SILVA**

# DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EPT: REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE DO IFRR, CAMPUS NOVO PARAÍSO

Trabalho apresentado como requisito da disciplina de TCC III do curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Caio Anderson da Silva Almeida

BOA VISTA – RR

2026

RESUMO

Este trabalho analisa os desafios e as potencialidades da gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco na realidade do IFRR – Campus Novo Paraíso, em Roraima. A pesquisa discute como a inclusão digital se relaciona diretamente com os processos de participação, equidade e formação cidadã no contexto escolar, especialmente em regiões periféricas marcadas por desigualdades sociais e limitações de infraestrutura tecnológica. Fundamentado em autores como Paulo Freire, Libâneo, Paro e Saviani, o estudo aborda a gestão democrática como prática coletiva, dialógica e emancipatória, articulada à formação integral dos sujeitos. A investigação propõe uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando revisão bibliográfica, análise documental e análise de conteúdo para compreender os impactos da exclusão digital na participação da comunidade escolar. Além disso, destaca a importância da formação continuada de gestores e docentes, do uso crítico das tecnologias digitais e da valorização dos saberes locais como estratégias para fortalecer a democratização da gestão escolar. O trabalho busca contribuir para a construção de práticas institucionais mais inclusivas, participativas e socialmente referenciadas na EPT.

**Palavras-chave:** Gestão democrática; Inclusão digital; Educação Profissional e Tecnológica; Participação escolar; Formação cidadã.

# Sumário

1 Introdução ..... 5
2 Aspectos a serem investigados ..... 6
3 Questões problematizadoras ..... 8
3.1 Questão Central: ..... 8
3.1.1 Subquestões: ..... 8
4 Objetivos ..... 9
4.1 Objetivo Geral ..... 9
4.2 Objetivos Específicos ..... 9
5 Estratégias e Hipótese ..... 10
6 Metodologia ..... 12
6.1 Procedimentos Metodológicos ..... 12
6.1.1 Revisão Bibliográfica e Documental ..... 12
6.1.2 Análise de Conteúdo ..... 12
7 Referencial teórico ..... 13
8 Resultados e Discussões ..... 15
9 Plano de Ação e Aplicações Práticas para o Fortalecimento da Gestão Democrática e da Inclusão Digital na EPT ..... 18
9.1 Criação de um Comitê de Gestão Democrática e Inclusão Digital ..... 18
9.2 Implantação de Canais Digitais de Participação Escolar ..... 19
9.3 Programa de Inclusão Digital Estudantil ..... 20
9.4 Formação Continuada para Docentes e Gestores ..... 20
9.5 Integração entre Saberes Locais e Tecnologias Digitais ..... 21
9.6 Criação de Indicadores de Participação e Inclusão Digital ..... 21
9.7 Cronograma Sugerido ..... 22
9.8 Considerações Finais ..... 22
10 Conclusão ..... 23
11 Referências Bibliográficas ..... 25

# 1 Introdução

O presente trabalho intitulado "Desafios e Potencialidades da Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica (EPT): Reflexões a partir da Realidade do IFRR - Campus Novo Paraíso" propõe uma análise crítica sobre as práticas de gestão escolar participativa, suas limitações e possibilidades no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Em um cenário de rápidas transformações no mundo do trabalho, marcado pela intensificação das tecnologias digitais e pela necessidade de formação de sujeitos críticos e autônomos, a gestão democrática emerge como um eixo estratégico para fortalecer o vínculo entre a escola, a comunidade e as demandas socioeconômicas regionais.

No entanto, observa-se que a implementação de práticas realmente participativas enfrenta desafios estruturais e culturais, como a centralização das decisões, a ausência de canais efetivos de escuta e a dificuldade de articular os saberes locais com as diretrizes institucionais. A partir da vivência profissional no IFRR, *Campus* Novo Paraíso, este estudo busca compreender como as práticas de gestão democrática podem ser aprimoradas, valorizando o protagonismo dos sujeitos envolvidos como gestores, docentes, estudantes e comunidade externa, de modo a promover uma educação emancipatória, alinhada às especificidades do contexto amazônico.

Do ponto de vista científico, a pesquisa contribui para ampliar as reflexões sobre a gestão na EPT, dialogando com autores que defendem a gestão como processo coletivo, dialógico e emancipador. Socialmente, a relevância do estudo reside na necessidade urgente de construir espaços de participação real nas instituições de ensino, visando não apenas à melhoria da qualidade educacional, mas também à formação de cidadãos capazes de atuar de forma crítica e criativa frente às novas exigências do mundo do trabalho e da cultura digital.

Ao propor soluções para um problema real visando à fragilidade dos processos participativos na gestão escolar, o trabalho busca fomentar práticas mais integradoras, que respeitem a diversidade cultural, promovam a inclusão social e consolidem a educação pública como um direito e um instrumento de transformação social.

# 2 Aspectos a serem investigados

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem um papel estratégico na formação de sujeitos críticos, autônomos e preparados para os desafios do mundo do trabalho, sobretudo em contextos regionais que exigem práticas educacionais alinhadas às realidades socioeconômicas e culturais locais. No entanto, para que a EPT possa, de fato, cumprir seu papel social e emancipador, é imprescindível que os processos de gestão escolar sejam orientados por princípios democráticos e participativos, promovendo o envolvimento ativo de todos os segmentos da comunidade escolar.

No contexto do IFRR, *Campus* Novo Paraíso, situado em uma região marcada por desafios de infraestrutura, diversidade cultural e demandas específicas do meio rural, a gestão democrática emerge como um caminho necessário, mas ainda permeado por barreiras estruturais e culturais. Diante disso, é fundamental investigar aspectos que permitam compreender como os processos de gestão participativa estão sendo (ou podem ser) efetivados, quais os entraves que dificultam sua consolidação e quais as potencialidades que podem ser exploradas para fortalecer uma educação pública de qualidade e inclusiva.

Com base nessas reflexões, propõem-se cinco aspectos centrais a serem aprofundados na pesquisa: análise da participação da comunidade escolar nos processos decisórios; a relação entre gestão democrática e formação cidadã; os desafios e oportunidades trazidos pela cultura digital para a participação escolar; a importância da formação continuada de gestores e docentes para qualificar a gestão democrática; e a articulação entre os saberes locais e os processos formativos da EPT como uma estratégia de valorização da identidade regional e fortalecimento das práticas pedagógicas.

Esses aspectos não apenas dialogam com as demandas atuais do campo educacional e profissional, como também se apresentam como eixos estruturantes para a construção de práticas de gestão mais inclusivas, críticas e comprometidas com a transformação social.

- **A Participação da Comunidade Escolar nos Processos Decisórios**

**Descrição:** Investigar de que forma estudantes, docentes, técnicos administrativos e a comunidade externa são (ou não) envolvidos nas decisões pedagógicas, administrativas e institucionais.

**Campo de aprofundamento:** Barreiras culturais e institucionais que limitam a participação; estratégias de fortalecimento dos conselhos escolares e colegiados de gestão participativa.

- **A Relação entre Gestão Democrática e Formação Cidadã na EPT**

**Descrição:** Analisar como a gestão democrática contribui (ou deixa de contribuir) para a formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes do seu papel na sociedade e no mundo do trabalho.

**Campo de aprofundamento:** Práticas pedagógicas integradas à gestão escolar; impacto na construção de valores democráticos e de protagonismo juvenil.

- **Os Desafios da Cultura Digital na Gestão Escolar Participativa**

**Descrição:** Investigar como as tecnologias digitais são (ou poderiam ser) utilizadas para ampliar a participação, a transparência e a comunicação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar.

**Campo de aprofundamento:** Barreiras de acesso às tecnologias; práticas de gestão digital democrática; inclusão digital como ferramenta de participação ativa.

- **O Papel da Formação Continuada na Qualificação da Gestão Democrática**

**Descrição:** Avaliar a importância da formação continuada de gestores e docentes para o desenvolvimento de competências relacionadas à gestão democrática e participativa.

**Campo de aprofundamento:** Políticas institucionais de formação; lacunas na formação para a gestão democrática; práticas exitosas de qualificação profissional no IFRR.

- **A Gestão Democrática como Estratégia para Articular Saberes Locais e Educação Tecnológica**

**Descrição:** Investigar como a gestão democrática pode ser uma ponte para integrar os saberes tradicionais e as demandas regionais com os processos formativos da EPT.

**Campo de aprofundamento:** Valorização dos saberes das comunidades rurais e indígenas; práticas pedagógicas integradas à realidade local; projetos de extensão como ferramentas de gestão participativa.

# 3 Questões problematizadoras

## **3.1** Questão Central:

- **De que forma a inclusão digital pode ser efetivada de maneira equitativa no contexto da educação profissional e tecnológica (EPT), considerando os princípios da gestão democrática e participativa?**

### *3.1.1 Subquestões:*

- **Como os docentes planejam e adaptam suas práticas pedagógicas frente às desigualdades digitais existentes entre os estudantes da EPT?**

Essa questão problematiza o modo como os professores enfrentam os desafios de acesso desigual às tecnologias, e como isso impacta a equidade no processo de ensino-aprendizagem.

- **Quais ferramentas e recursos digitais têm sido utilizados com mais eficácia para promover a participação e o protagonismo dos estudantes na EPT?**

Essa questão investiga as soluções tecnológicas que têm potencializado práticas de gestão democrática, ampliando o acesso e a interação no ambiente educacional.

- **De que maneira as políticas públicas de inclusão digital contribuem (ou não) para mitigar a exclusão digital nas escolas técnicas federais, especialmente em regiões periféricas como o Sul de Roraima?**

Essa questão analisa as iniciativas governamentais e institucionais no enfrentamento das desigualdades de acesso digital, e como elas dialogam (ou não) com a realidade local.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ao assumir o compromisso com a formação integral dos sujeitos e com a transformação social, deve necessariamente estar atenta às profundas desigualdades que ainda permeiam o acesso às tecnologias digitais no Brasil, especialmente em regiões periféricas como o interior de Roraima. A gestão democrática e participativa na EPT não pode ser concebida de forma plena enquanto persistirem barreiras que limitam o acesso de estudantes, docentes e comunidades às ferramentas e recursos digitais essenciais para uma educação de qualidade.

Neste contexto, a inclusão digital emerge como um dos grandes desafios contemporâneos para a gestão educacional, pois envolve não apenas a disponibilização de infraestrutura tecnológica, mas também a construção de práticas pedagógicas e administrativas que considerem as múltiplas realidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Trata-se de garantir condições equitativas de acesso ao conhecimento, à informação e à participação nos processos decisórios, elementos essenciais para uma gestão verdadeiramente democrática.

Assim, as questões problematizadoras propostas buscam investigar como os docentes estão lidando com as desigualdades digitais no planejamento e execução de suas práticas pedagógicas, quais ferramentas e metodologias digitais têm se mostrado mais eficazes para fomentar a participação ativa dos estudantes, e de que forma as políticas públicas voltadas à inclusão digital estão sendo efetivas (ou não) no contexto das escolas técnicas federais, como o IFRR, Campus Novo Paraíso.

A reflexão sobre essas questões se faz urgente, pois a exclusão digital compromete não apenas o direito à educação, mas também o desenvolvimento de competências essenciais para a inserção crítica e autônoma dos estudantes no mundo do trabalho, cada vez mais permeado por tecnologias e inovações. Portanto, compreender as potencialidades e limitações da gestão democrática frente a essa realidade é um passo fundamental para a construção de estratégias de superação dessas desigualdades, fortalecendo o papel social e emancipador da Educação Profissional e Tecnológica.

# 4 Objetivos

## 4.1 Objetivo Geral

Analisar de que forma a articulação entre gestão democrática e inclusão digital pode contribuir para o fortalecimento da participação, da equidade e da formação cidadã na Educação Profissional e Tecnológica, a partir da realidade do IFRR, Campus Novo Paraíso.

## 4.2 Objetivos Específicos

- ✓ Compreender como os princípios da gestão democrática são vivenciados e operacionalizados no contexto do IFRR, Campus Novo Paraíso, especialmente no que se refere aos processos participativos.

- ✓ Analisar de que maneira as desigualdades de acesso às tecnologias digitais impactam a participação dos estudantes e da comunidade escolar na gestão e no processo educativo.
- ✓ Investigar as práticas pedagógicas e administrativas que utilizam as tecnologias digitais como instrumentos de democratização da informação, da comunicação e da participação.
- ✓ Examinar a relação entre políticas públicas de inclusão digital, planejamento educacional e avaliação institucional no contexto da EPT.
- ✓ Propor estratégias de gestão democrática que integrem a inclusão digital como eixo estruturante para a promoção da equidade e da formação integral dos estudantes.

# 5 Estratégias e Hipótese

Parte-se da hipótese de que a efetivação da gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica depende da incorporação crítica e planejada da inclusão digital, entendida como direito social e como condição para a participação equitativa dos sujeitos nos processos pedagógicos e decisórios. No contexto do IFRR, Campus Novo Paraíso, a ausência ou fragilidade de políticas institucionais articuladas de inclusão digital tende a aprofundar desigualdades, limitando o alcance dos princípios democráticos da gestão e comprometendo a formação integral proposta pela EPT.

Essa hipótese se sustenta nos referenciais da gestão democrática (Paro, 2012; Libâneo, 2012), da educação emancipatória (Freire, 2019; Saviani, 2008; Frigotto, 2005) e da cultura digital crítica (Kenski, 2019; Pretto, 2008), evidenciando um avanço teórico em relação às formulações iniciais do projeto. Também se articula à prática profissional da pesquisadora, que vivencia desafios diários relacionados à desigualdade digital dos estudantes e à necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas e contextualizadas.

A estratégia deste Plano de Formação fundamenta-se na articulação entre gestão democrática, inclusão digital e prática pedagógica, compreendendo a instituição escolar como um espaço formativo coletivo, no qual a participação, o diálogo e o planejamento são elementos essenciais para a efetivação de uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) comprometida com a formação integral dos sujeitos.

Partindo da realidade do IFRR, Campus Novo Paraíso, a estratégia adotada consiste em analisar criticamente as práticas institucionais existentes e propor caminhos formativos e organizacionais que possibilitem o fortalecimento da gestão democrática por meio da inclusão digital. Essa estratégia está orientada pela compreensão de que a democratização da gestão não se efetiva apenas por normativas formais, mas requer condições objetivas de participação, acesso à informação e uso crítico das tecnologias digitais.

Nesse sentido, a estratégia estrutura-se em três eixos complementares:

- ✓ **Diagnóstico crítico da realidade institucional**

  Inicialmente, busca-se compreender como os princípios da gestão democrática e da inclusão digital se materializam no cotidiano do campus, identificando limites, potencialidades e contradições. Esse diagnóstico envolve a análise das práticas pedagógicas, dos processos de comunicação institucional, dos espaços de participação e das condições de acesso às tecnologias digitais por parte dos estudantes e da comunidade escolar.

- ✓ **Articulação entre planejamento, participação e inclusão digital**

  A estratégia propõe a integração da inclusão digital aos processos de planejamento educacional e avaliação institucional, entendendo as tecnologias como mediadoras da participação democrática. Nesse eixo, considera-se o uso de ferramentas digitais como instrumentos de ampliação do diálogo, da transparência e do protagonismo estudantil, respeitando as desigualdades de acesso e as especificidades do contexto regional.

- ✓ **Ressignificação da prática profissional e formativa**

  Por fim, a estratégia contempla a reflexão crítica sobre a prática docente e gestora, estimulando a construção de ações pedagógicas e institucionais mais inclusivas, participativas e contextualizadas. Essa dimensão formativa reconhece a docência na EPT como uma prática ética e política, que exige constante autoformação, compromisso social e sensibilidade às realidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Dessa forma, a estratégia adotada não se limita à proposição de soluções técnicas, mas busca promover um processo formativo contínuo, no qual gestão democrática e inclusão digital se constituem como eixos estruturantes para a superação das desigualdades, o fortalecimento da participação e a consolidação de uma Educação Profissional e Tecnológica socialmente referenciada.

# 6 Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, será adotada uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva, visando compreender em profundidade as percepções, práticas e desafios relacionados à inclusão digital e à gestão democrática no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especificamente no IFRR, Campus Novo Paraíso**.**

O estudo terá como campo de investigação a própria realidade profissional da pesquisadora, atuante na área de Educação Profissional, o que permitirá uma análise crítica-reflexiva sobre a prática e os processos de gestão participativa na instituição.

## **6.1** Procedimentos Metodológicos

### *6.1.1 Revisão Bibliográfica e Documental*

- Serão estudadas obras de referência sobre gestão democrática**,** educação emancipatória**,** inclusão digital na EPT e políticas públicas educacionais**.**
- Documentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do IFRR, legislações da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e programas governamentais de inclusão digital serão analisados.

### *6.1.2 Análise de Conteúdo*

- Os dados coletados serão tratados por meio da análise de conteúdo, buscando categorias emergentes relacionadas às práticas de inclusão digital, gestão participativa e desafios de equidade.

A proposta metodológica busca não apenas compreender o fenômeno, mas também apontar soluções concretas para um problema real da Educação Profissional: a exclusão digital como fator limitante para a gestão democrática e para a formação plena dos sujeitos.

Ao envolver diretamente os gestores, docentes e estudantes no processo de pesquisa, pretende-se identificar práticas e estratégias que possam ser replicadas e aprimoradas no contexto institucional, contribuindo para uma gestão mais participativa e para a redução das desigualdades de acesso às tecnologias educacionais.

# 7 Referencial teórico

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) insere-se no campo das políticas públicas educacionais como uma modalidade estratégica para o desenvolvimento social, econômico e humano, assumindo como princípio a articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Essa concepção é amplamente discutida por Saviani (2008; 2013), ao defender que a educação deve promover uma formação omnilateral, capaz de superar a fragmentação do conhecimento e a histórica separação entre formação intelectual e formação técnica. Na EPT, essa perspectiva exige que os processos pedagógicos e de gestão estejam orientados para a formação integral dos sujeitos, considerando suas dimensões técnicas, políticas, culturais e éticas.

Nesse contexto, Frigotto (2005; 2010) contribui de forma decisiva ao problematizar a redução da educação profissional à lógica da empregabilidade e da adaptação ao mercado. Para o autor, a EPT deve ser compreendida como um direito social, articulado a um projeto societário que possibilite aos estudantes compreenderem criticamente as relações de produção e trabalho. Essa abordagem impacta diretamente a prática profissional docente e gestora, ao exigir uma atuação comprometida com a emancipação dos sujeitos e com a transformação das condições sociais, e não apenas com a transmissão de competências técnicas.

A gestão democrática da educação, por sua vez, constitui um eixo estruturante para a efetivação desse projeto formativo. Paro (2012) compreende a gestão democrática como um processo político-pedagógico que ultrapassa a dimensão administrativa, envolvendo a participação efetiva da comunidade escolar nas decisões institucionais. Essa concepção dialoga com Libâneo (2012), que destaca a gestão como dimensão articuladora do trabalho pedagógico, do planejamento educacional e da avaliação institucional, sendo fundamental para a garantia da qualidade social da educação.

No âmbito da EPT, a gestão democrática assume contornos específicos, uma vez que se articula às diretrizes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e às normativas que regem essa modalidade. As contribuições das disciplinas Democracia e Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica e Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na EPT evidenciam que a participação democrática requer planejamento sistemático, processos avaliativos contínuos e mecanismos institucionais que

assegurem transparência, diálogo e corresponsabilidade. Assim, a gestão democrática deixa de ser apenas um princípio legal e passa a constituir uma prática formativa, que impacta diretamente a cultura organizacional das instituições.

No que se refere às políticas públicas e à legislação educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Resolução CNE/CEB nº 6/2012 e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabelecem a gestão democrática, a inclusão e a equidade como princípios orientadores da educação pública. Esses marcos legais reforçam a necessidade de que a EPT esteja comprometida com a democratização do acesso, da permanência e do sucesso dos estudantes, bem como com a construção de processos institucionais participativos e socialmente referenciados. A análise dessas normativas, no âmbito do Inventário de Estudos, contribuiu para o fortalecimento de uma prática profissional mais consciente do papel político da docência e da gestão educacional.

A inclusão digital emerge, nesse cenário, como elemento central para a efetivação da gestão democrática e da formação integral na EPT. Kenski (2019) destaca que as tecnologias digitais não devem ser compreendidas apenas como ferramentas, mas como elementos constitutivos de novas formas de ensinar, aprender e interagir com o conhecimento. Na mesma direção, Lemos (2013) e Pretto (2008) compreendem a cultura digital como um fenômeno social e cultural, que redefine as relações de comunicação, produção de saberes e participação social.

A partir dessas contribuições, compreende-se que a exclusão digital não se restringe à ausência de equipamentos ou conectividade, mas envolve desigualdades no acesso à informação, à participação institucional e às oportunidades formativas. No contexto da EPT, essa realidade impacta diretamente os processos de gestão democrática, uma vez que limita a participação dos estudantes e da comunidade escolar nos espaços de decisão e nos processos pedagógicos mediados por tecnologias. Essa compreensão ampliada da inclusão digital, construída ao longo do Inventário de Estudos, provocou um deslocamento significativo na prática profissional, ao evidenciar a necessidade de integrar planejamento educacional, avaliação institucional e políticas de inclusão digital.

Complementarmente, Paulo Freire (1996; 2019) fundamenta a compreensão da educação como prática dialógica, ética e emancipatória. Sua concepção de educação como ato político reforça a necessidade de que a gestão e a docência na EPT estejam orientadas

para o diálogo, o respeito aos saberes dos estudantes e a construção coletiva do conhecimento. Essa perspectiva impacta diretamente a formação docente, ao reafirmar o compromisso com uma prática pedagógica crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social.

Dessa forma, o referencial teórico que sustenta este Plano de Formação articula os fundamentos da EPT, da gestão democrática, das políticas públicas e da inclusão digital, conferindo unidade epistemológica ao estudo. As contribuições dos autores analisados no Inventário de Estudos possibilitaram o amadurecimento intelectual do projeto, ao integrar teoria e prática profissional, fortalecer a compreensão da EPT como direito social e reafirmar a docência e a gestão educacional como práticas éticas, políticas e transformadoras.

# 8 Resultados e Discussões

A análise realizada ao longo desta pesquisa evidenciou que a gestão democrática no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no IFRR – Campus Novo Paraíso, apresenta avanços importantes no que se refere ao reconhecimento da participação coletiva como princípio institucional. Entretanto, também foram identificados desafios significativos relacionados à efetivação de práticas participativas, sobretudo diante das desigualdades de acesso às tecnologias digitais e das limitações estruturais presentes no contexto regional.

Os resultados apontam que a inclusão digital se configura como um dos principais fatores que influenciam a participação da comunidade escolar nos processos pedagógicos e administrativos. A dificuldade de acesso à internet, a limitação de equipamentos tecnológicos e as desigualdades socioeconômicas dos estudantes impactam diretamente o acesso à informação, a participação em atividades acadêmicas e o envolvimento nos espaços de decisão institucional. Nesse sentido, a exclusão digital não se apresenta apenas como uma limitação técnica, mas como um obstáculo à democratização da educação e ao exercício pleno da cidadania no ambiente escolar.

A análise desenvolvida nesta pesquisa também foi construída a partir da experiência profissional da pesquisadora no contexto do IFRR – Campus Novo Paraíso, permitindo uma compreensão mais próxima das dificuldades vivenciadas cotidianamente pela comunidade escolar. A atuação direta na Educação Profissional e Tecnológica possibilitou observar, na

prática, os impactos das limitações estruturais sobre o desenvolvimento das atividades pedagógicas, administrativas e participativas. Essa vivência contribuiu para uma análise crítica e reflexiva da realidade institucional, aproximando os referenciais teóricos das situações concretas enfrentadas no cotidiano escolar.

Durante a análise da realidade institucional do IFRR – Campus Novo Paraíso, observou-se que um dos principais entraves para a consolidação de práticas pedagógicas mediadas por tecnologias digitais refere-se à instabilidade da conexão de internet no campus. A limitação da velocidade de acesso, as frequentes interrupções no serviço e a dificuldade de cobertura em determinados espaços institucionais comprometem o desenvolvimento de atividades acadêmicas, o uso de plataformas educacionais e a realização de práticas de ensino mais interativas e inovadoras. Essa realidade impacta diretamente docentes e estudantes, dificultando o acesso contínuo aos recursos digitais e reduzindo as possibilidades de integração tecnológica no processo educativo.

Outro fator relevante identificado diz respeito às constantes oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica, situação recorrente em determinadas localidades do Sul de Roraima. A instabilidade energética interfere no funcionamento de laboratórios, equipamentos tecnológicos, sistemas administrativos e ambientes virtuais de aprendizagem, comprometendo tanto as atividades pedagógicas quanto os processos institucionais de gestão. Além disso, a ausência de infraestrutura adequada para suporte tecnológico dificulta a implementação de ações permanentes voltadas à inclusão digital e à democratização do acesso às tecnologias no ambiente escolar.

A pesquisa também evidenciou limitações relacionadas à infraestrutura física e tecnológica necessária para a difusão e utilização das tecnologias digitais no campus. A insuficiência de equipamentos, a limitação de laboratórios adequados, a necessidade de manutenção tecnológica e a dificuldade de acesso a recursos digitais atualizados representam obstáculos significativos para o fortalecimento da cultura digital na instituição. Essas fragilidades estruturais dificultam não apenas o desenvolvimento de metodologias inovadoras, mas também a ampliação de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à inclusão digital e à formação tecnológica dos estudantes.

Mesmo diante dessas dificuldades, os resultados demonstraram que as tecnologias digitais possuem grande potencial para fortalecer a gestão democrática quando utilizadas de

forma planejada e inclusiva. Ferramentas digitais de comunicação, plataformas educacionais e ambientes virtuais de aprendizagem podem ampliar o diálogo institucional, favorecer a transparência e estimular o protagonismo estudantil. Contudo, observou-se que a utilização dessas ferramentas ainda depende de melhores condições de infraestrutura, formação continuada de docentes e gestores e políticas institucionais mais articuladas de inclusão digital.

Outro aspecto identificado refere-se à importância da formação continuada como elemento essencial para o fortalecimento das práticas de gestão democrática e inovação pedagógica. Os estudos analisados demonstram que muitos docentes e gestores enfrentam dificuldades relacionadas ao uso pedagógico das tecnologias digitais, especialmente no desenvolvimento de metodologias participativas e inclusivas. Dessa forma, a qualificação profissional contínua torna-se fundamental para integrar cultura digital, planejamento educacional e práticas democráticas no contexto da EPT.

As discussões teóricas desenvolvidas ao longo do trabalho reforçam que a gestão democrática deve ser compreendida como prática coletiva fundamentada no diálogo, na participação e na corresponsabilidade institucional. As contribuições de autores como Paulo Freire, Vitor Paro, Libâneo e Saviani permitiram compreender que a democratização da gestão escolar está diretamente relacionada à formação crítica dos sujeitos e à construção de uma educação comprometida com a transformação social. Nesse contexto, a inclusão digital assume papel estratégico ao possibilitar maior acesso ao conhecimento, à comunicação e aos espaços de participação institucional.

Além disso, os resultados evidenciaram a necessidade de valorização dos saberes locais e das especificidades socioculturais da comunidade escolar do IFRR – Campus Novo Paraíso. A articulação entre educação tecnológica, cultura digital e realidade regional mostrou-se essencial para fortalecer práticas pedagógicas contextualizadas e socialmente referenciadas. Assim, a gestão democrática na EPT deve considerar não apenas os aspectos institucionais e tecnológicos, mas também as dimensões culturais, sociais e humanas que constituem o processo educativo.

De modo geral, os resultados desta pesquisa demonstram que o fortalecimento da gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica depende da integração entre inclusão digital, participação coletiva, formação continuada e compromisso institucional com a

equidade educacional. A superação das desigualdades digitais e o fortalecimento da infraestrutura tecnológica configuram-se como condições fundamentais para ampliar a participação democrática, garantir melhores oportunidades educacionais e consolidar uma educação pública mais inclusiva, democrática e socialmente comprometida.

# 9 Plano de Ação e Aplicações Práticas para o Fortalecimento da Gestão Democrática e da Inclusão Digital na EPT

A partir das reflexões desenvolvidas neste trabalho, identifica-se que a consolidação da gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) depende da construção de práticas institucionais capazes de ampliar a participação da comunidade escolar, reduzir desigualdades digitais e fortalecer processos pedagógicos mais inclusivos e contextualizados. Nesse sentido, o presente plano de ação propõe estratégias práticas e aplicáveis à realidade do IFRR – Campus Novo Paraíso, considerando suas especificidades sociais, culturais e estruturais.

As ações aqui apresentadas possuem caráter pedagógico, administrativo e formativo, buscando transformar os resultados da pesquisa em intervenções concretas voltadas à melhoria dos processos institucionais, da participação coletiva e da democratização do acesso às tecnologias digitais.

## 9.1 Criação de um Comitê de Gestão Democrática e Inclusão Digital

### *9.1.1 Descrição*

Instituir um comitê permanente composto por:

- Gestores;
- Docentes;
- Técnicos administrativos;
- Representantes estudantis;
- Representantes da comunidade externa.

O comitê atuará no planejamento, acompanhamento e avaliação das ações relacionadas à participação escolar e inclusão digital.

### *9.1.2 Finalidades*

- Identificar demandas da comunidade escolar;
- Planejar ações participativas;
- Propor melhorias institucionais;
- Monitorar práticas de inclusão digital;
- Fortalecer os espaços de diálogo institucional.

### *9.1.3 Aplicação prática*

Realização de reuniões mensais presenciais e virtuais com registro em ata e divulgação pública das decisões.

### *9.1.4 Resultados esperados*

- Maior transparência institucional;
- Participação coletiva nas decisões;
- Fortalecimento da cultura democrática.

## 9.2 Implantação de Canais Digitais de Participação Escolar

### *9.2.1 Descrição*

Desenvolver ferramentas digitais para ampliar a comunicação e participação da comunidade escolar.

### *9.2.2 Aplicações práticas*

- Criação de formulários online para sugestões e demandas;
- Consultas públicas digitais;
- Assembleias híbridas;
- Plataforma institucional de comunicação;
- Criação de mural digital informativo;
- Uso pedagógico de aplicativos institucionais.

### *9.2.3 Ferramentas sugeridas*

- Google Forms;
- Google Meet;
- Moodle;
- WhatsApp institucional;
- E-mail institucional;
- Redes sociais institucionais.

#### *9.2.4 Resultados esperados*

- Ampliação do acesso à informação;
- Maior participação estudantil;
- Agilidade na comunicação institucional.

## 9.3 Programa de Inclusão Digital Estudantil

#### *9.3.1 Descrição*

Criar estratégias institucionais voltadas à democratização do acesso às tecnologias digitais pelos estudantes em situação de vulnerabilidade.

#### *9.3.2 Aplicações práticas*

- Empréstimo de notebooks e tablets;
- Criação de laboratório de acesso livre;
- Ampliação da cobertura de internet no campus;
- Auxílio conectividade para estudantes;
- Criação de espaços de estudo digital.

#### *9.3.3 Público prioritário*

- Estudantes da zona rural;
- Estudantes em vulnerabilidade socioeconômica;
- Estudantes com dificuldades de acesso à internet.

#### *9.3.4 Resultados esperados*

- Redução da exclusão digital;
- Maior permanência estudantil;
- Melhor desempenho acadêmico.

## 9.4 Formação Continuada para Docentes e Gestores

#### *9.4.1 Descrição*

Promover formação continuada voltada à gestão democrática, inclusão digital e inovação pedagógica.

#### *9.4.2 Temáticas sugeridas*

- Gestão participativa;
- Metodologias ativas;
- Cultura digital na EPT;
- Ferramentas digitais educacionais;

- Planejamento participativo;
- Avaliação institucional democrática.

### *9.4.3 Aplicações práticas*

- Oficinas pedagógicas;
- Minicursos;
- Ciclos de palestras;
- Grupos de estudos;
- Formação híbrida e online.

### *9.4.4 Resultados esperados*

- Aprimoramento das práticas pedagógicas;
- Maior utilização de tecnologias educacionais;
- Fortalecimento da gestão democrática.

## 9.5 Integração entre Saberes Locais e Tecnologias Digitais

### *9.5.1 Descrição*

Desenvolver projetos pedagógicos e extensionistas que valorizem os saberes das comunidades locais e utilizem tecnologias digitais como ferramentas de registro, divulgação e aprendizagem.

### *9.5.2 Aplicações práticas*

- Produção de podcasts educativos;
- Registro audiovisual de práticas culturais locais;
- Produção de materiais digitais sobre agricultura familiar;
- Feiras tecnológicas comunitárias;
- Criação de banco digital de saberes tradicionais.

### *9.5.3 Resultados esperados*

- Valorização da identidade regional;
- Aproximação entre escola e comunidade;
- Fortalecimento da educação contextualizada.

## 9.6 Criação de Indicadores de Participação e Inclusão Digital

### *9.6.1 Descrição*

Estabelecer mecanismos institucionais de monitoramento das ações implementadas.

### *9.6.2 Indicadores sugeridos*

- Número de estudantes com acesso à internet;
- Participação em reuniões e assembleias;
- Utilização de plataformas digitais;
- Participação em formações;
- Índices de evasão relacionados à exclusão digital.

### *9.6.3 Aplicações práticas*

- Relatórios semestrais;
- Avaliação institucional participativa;
- Questionários de satisfação;
- Reuniões de devolutiva para a comunidade escolar.

### *9.6.4 Resultados esperados*

- Monitoramento contínuo das ações;
- Identificação de dificuldades;
- Tomada de decisões baseada em dados.

## 9.7 Cronograma Sugerido

***Tabela 1: Cronograma Sugerido do Plano de ação.***

| AÇÃO | PERÍODO |
|---|---|
| **DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL** | 1º bimestre |
| **CRIAÇÃO DO COMITÊ** | 1º bimestre |
| **IMPLANTAÇÃO DOS CANAIS DIGITAIS** | 2º bimestre |
| **PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL** | 2º ao 4º bimestre |
| **FORMAÇÕES CONTINUADAS** | Durante todo o ano |
| **PROJETOS INTEGRADORES COMUNITÁRIOS** | Semestral |
| **AVALIAÇÃO DAS AÇÕES** | Final de cada semestre |

## 9.8 Considerações Finais

As ações propostas neste plano não se limitam à inserção de tecnologias no ambiente escolar, mas buscam promover uma transformação institucional fundamentada na participação democrática, na equidade e no compromisso social da Educação Profissional e Tecnológica. A inclusão digital, nesse contexto, deve ser compreendida como condição

essencial para garantir acesso ao conhecimento, fortalecimento da cidadania e ampliação das oportunidades educacionais.

Ao integrar gestão democrática, cultura digital e valorização dos saberes locais, o IFRR – Campus Novo Paraíso poderá fortalecer práticas institucionais mais participativas, inclusivas e socialmente referenciadas, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a construção de uma educação pública comprometida com a transformação social.

# 10 Conclusão

A presente pesquisa permitiu compreender que a gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é fundamental para a construção de uma educação pública mais inclusiva, participativa e comprometida com a formação integral dos sujeitos. A partir da análise da realidade do IFRR – Campus Novo Paraíso, observou-se que a democratização da gestão escolar envolve não apenas aspectos administrativos, mas também dimensões políticas, sociais e pedagógicas relacionadas à participação da comunidade escolar e ao fortalecimento do diálogo institucional.

O estudo evidenciou que a efetivação da gestão democrática ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em regiões periféricas como o Sul de Roraima, onde as limitações de infraestrutura tecnológica e as desigualdades de acesso às tecnologias digitais impactam diretamente os processos de ensino, aprendizagem e participação institucional. Nesse contexto, a inclusão digital mostrou-se elemento essencial para garantir equidade, acesso à informação e fortalecimento da cidadania no ambiente escolar.

As discussões teóricas fundamentadas em autores como Paulo Freire, Saviani, Libâneo, Paro e Frigotto reforçaram a compreensão da educação como prática emancipatória, baseada no diálogo, na participação coletiva e na formação crítica dos estudantes. Assim, a gestão democrática deve ser compreendida como prática permanente de construção coletiva, capaz de integrar planejamento, avaliação institucional, participação social e compromisso com a transformação da realidade educacional.

A pesquisa também destacou a importância da formação continuada de docentes e gestores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e alinhadas à cultura digital contemporânea. Além disso, evidenciou-se a necessidade de valorização dos

saberes locais e das especificidades regionais como estratégias para fortalecer uma educação contextualizada, socialmente referenciada e conectada às demandas da comunidade escolar.

Como contribuição prática, o trabalho apresentou um plano de ação voltado ao fortalecimento da gestão democrática e da inclusão digital no IFRR – Campus Novo Paraíso, propondo ações relacionadas à ampliação da participação escolar, democratização do acesso às tecnologias, formação continuada e criação de mecanismos institucionais de diálogo e acompanhamento das ações educacionais. Essas propostas buscam contribuir para a construção de práticas institucionais mais participativas, inclusivas e comprometidas com a equidade educacional.

Por fim, conclui-se que a consolidação de uma gestão democrática efetiva na EPT depende da articulação entre participação social, inclusão digital, planejamento institucional e compromisso coletivo com a transformação social. Dessa forma, espera-se que esta pesquisa contribua para fortalecer o debate sobre gestão democrática e inclusão digital na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, além de incentivar novas práticas e estudos voltados à construção de uma educação pública de qualidade, democrática e socialmente comprometida.

# 11 Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 set. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 4. ed. Brasília: MEC, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capital**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2019.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PRETTO, Nelson De Luca. **Educação, cultura digital e sociedade do conhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Campinas: Autores Associados, 2020.